

PROMETEUS

FILOSOFIA EM REVISTA

VIVAVOX- DFL- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Ano 2 - no.4 Julho-Dezembro/ 2009 ISSN 1807-3042

O TRABALHO CRÍTICO DA ONTOLOGIA HISTÓRICA DO PRESENTE E A RELAÇÃO ENTRE PODER E LIBERDADE EM MICHEL FOUCAULT

Rogério Luis da Rocha Seixas
Doutorando do PPGF - UFRJ

Resumo: O poder sempre foi um tema de reflexão ao longo da história do pensamento filosófico. Agora a tarefa é de se diagnosticar na atualidade como se exerce o poder. Foucault interpreta que o texto kantiano da Aufklärung inaugura um tipo de filosofia crítica que busca as condições e as indefinidas possibilidades de nos transformarmos a nós próprios. Reativa-se assim a noção de *êthos* filosófico como atitude de modernidade enquanto crítica para “diagnosticar a atualidade”, fazendo desta crítica um modo de agonística, onde os sujeitos racionais se reconhecem como autônomos e livres. Este texto pretende explicitar e situar o *êthos* filosófico próprio à ontologia crítica de nos mesmos perante a atualidade de uma racionalidade biopolítica a partir da reflexão foucaultiana.

Palavras-chave: Aufklärung, *êthos* filosófico, ontologia do presente.

Resumem: El poder siempre fió un tema de reflexión a lo largo de la historia de lo pensamiento filosófico. Ahora la tarea es de se diagnosticar en actualidad como si ejerce el poder. Foucault interpreta que lo texto kantiano de la Aufklärung inaugura un tipo de filosofia crítica que busca las condiciones y las indefinidas posibilidades de la transformación de nos propios. Reaviva-se así la noción de *êthos* filosófico como actitud de la modernidad mientras crítica para “diagnosticar la actualidad”, haciendo de ésta crítica un modo de agonística, donde los sujetos racionales si reconocem como autónomos y libres. Este texto pretende hacer una explanación y situar lo *êthos* filosófico propio à ontología crítica de nos mismos delante la actualidad de una racionalidad biopolítica a partir de la reflexión foucaultiana.

Palabras-lhave: Aufklärung, *êthos* filosófico, ontología del presente.

O papel da crítica filosófica e a questão do poder:

Foucault, fazendo referência ao texto kantiano “Was ist Aufklärung?”, ressalta que neste texto, publicado em 1784 em um jornal alemão, Kant define o Iluminismo como a saída do homem do estado de minoridade ou dependência infantil, da qual o homem é o próprio culpado por sua incapacidade de não pensar por si mesmo (Kant, 1984, p.100). Ter a coragem de conhecer e pensar por si mesmo é a atitude para se atingir a maturidade, para tomar e assumir as próprias decisões, sem recorrer aos dogmas ou às determinações da autoridade. Esta atitude expressa no texto kantiano parece ser interpretada por Foucault como um modo de relação com o presente, onde o indivíduo não é um mero espectador, mas sim um ator do momento presente do qual faz parte. Ainda segundo Kant, nesse ambiente de maturidade a modernidade se inaugurou com um *trabalho crítico do momento histórico presente*, isto é, com uma reflexão sobre os limites do conhecimento e da ação, tendo como objetivo reformular o problema da razão, levantando a hipótese de seu uso autônomo e crítico. Existe a necessidade de análise das racionalidades específicas mais do que invocar progressos da racionalização em geral. A questão à qual Kant quer diretamente responder diz respeito à determinação de um elemento do presente que se trata de distinguir, de reconhecer, de decifrar entre todos os outros: O que no presente faz sentido para uma reflexão filosófica?

Mas existe na filosofia moderna e contemporânea um outro tipo de questão, um outro modo de interrogação crítica, que se viu nascer justamente na questão da *Aufklärung*: “O que é nosso presente? Qual é o campo atual das experiências possíveis?”. Poderíamos adicionar outra questão também importante e mais específica: “Qual o papel da filosofia?” Para Michel Foucault, a atividade da crítica filosófica precisa se defrontar com a necessidade de um diagnóstico de nosso presente ou, em outros termos, traçar uma *ontologia do momento histórico presente*, o diferenciando do momento passado.

Não se trata aqui de uma tradicional tentativa de conceber uma analítica da história da verdade, mas uma analítica do presente histórico, uma ontologia de nós mesmos. Foucault destaca ainda o que seria uma escolha filosófica colocada para nós no presente: a opção por uma filosofia crítica que se apresenta como uma filosofia analítica da verdade geral ou optar por um trabalho filosófico crítico, que toma a forma de uma

ontologia crítica do presente. Sem dúvida alguma é atividade da crítica filosófica precisa se defrontar com a necessidade de um diagnóstico de nosso presente ou, em outros termos, traçar uma *ontologia do momento presente*, permitindo assim a formulação de questões como “O que nós somos no momento presente?” “O que estamos fazendo de nós?” “Quais são as transformações que ocorrem a nossa volta?” “E o que faço quando falo deste momento presente?” São questões de cunho político e devem ser tratadas por toda a filosofia que identifica a *problematização* de uma atualidade e a interroga, podendo assim se caracterizar a filosofia como discurso da modernidade e sobre a modernidade. Foucault entende então a tarefa da filosofia como a de enfrentar esta *problematização*, instaurando um verdadeiro exercício de crítica, se opondo assim à formulação de soluções prontas, devendo-se instaurar uma distância crítica e a retomada de problemas. Como nos diz Foucault:

Uma ontologia crítica do presente de nós mesmos deve ser considerada não como uma teoria, doutrina ou corpo permanente de saber que se acumula; deve ser concebida como uma atitude, um *êthos*, como uma via filosófica onde a crítica daquilo que somos – seja ao mesmo tempo – uma análise histórica dos limites nos quais estamos situados e a prova de sua ultrapassagem possível. (Foucault, 1994b, p. 578).

Na avaliação de Foucault, se a modernidade apontada por Kant, nesse ambiente de maturidade, se inaugurou com um trabalho crítico, isto é, com uma reflexão sobre os limites do conhecimento e da ação, o estabelecimento da crítica consiste em seguir trabalhando e refletindo sobre os limites, mas não com a intenção de legitimar sua condição de estruturas transcendentais, dadas a priori, e conseqüentemente invariáveis, mas com o propósito de mostrar sua historicidade, sua contingência com o objetivo de tornar viável algum tipo de transformação dos indivíduos.

Torna-se importante assinalar que a concepção de *êthos filosófico* como uma “crítica permanente de nosso ser histórico”, também se apresenta como uma crítica permanente de nós mesmos. Foucault opõe à temática humanista, a questão da *Aufklärung*, isto é, o princípio de uma crítica e de uma criação permanente de nós mesmos em nossa autonomia. Haveria, então, para ele não uma identidade, mas ao contrário, uma tensão entre *Aufklärung* e humanismo.

O que Foucault destaca então de essencial é que, depois de Kant, o papel da filosofia é o de impedir a razão de exceder os limites do que é dado pela experiência.

Mas depois dessa época também - isto é, depois do desenvolvimento do Estado moderno e da gestão política da sociedade - a filosofia tem igualmente por função vigiar os poderes excessivos da racionalidade política. Em nosso presente nada é mais evidente como um problema a ser diagnosticado do que a relação entre racionalização e excessos do poder que sempre foi tema de reflexão e debate ao longo da história do pensamento filosófico e político da humanidade.

Foucault percebe que o foco da crítica filosófica ou da sua análise não pode mais insistir em tratar da questão que foi tão trabalhada pela filosofia política tradicional: “O que é o poder?” Esta não é mais a formulação adequada. Agora a tarefa é de diagnosticar como se exerce o poder. Foucault vai ainda mais longe: não existe de fato esta substância referida como poder, mas relações de poder em diversos campos. Significa dizer que o poder no singular não faz mais sentido. Se tratado desta forma, teremos um falso problema. Assim também como se demonstrarão infrutíferas as tentativas que buscam sua mera definição teórica. Deste modo, a nova definição foucaultiana de poder compreende um campo múltiplo e diverso de relações de poderes imanentes ao domínio onde se defrontam. Percebe-se a presença de ações agonísticas que revelam o jogo que inverte, desloca e transforma as relações de poder. Este é um tema de nossa atualidade, onde ocorre o espraiamento destas relações de poder por todos os segmentos sociais e políticos.

Interrogar-se sobre o 'como' do poder também será uma mera descrição dos efeitos do poder sem se referir jamais nem às causas nem à sua natureza. O que, pelo contrário, caracteriza o "*poder*" problematizado é a sua condição de colocar em jogo relações entre indivíduos ou mesmo entre grupos. Elas não podem ser dissociadas das atividades com um fim, quer se trate daquelas que permitem exercer técnicas de adestramento ou os modos de obtenção de obediência ou aquelas que fazem apelo para se desenvolverem as relações de poder. Existem diferentes formas, diversos lugares, variadas circunstâncias ou ocasiões em que estas inter-relações se estabelecem a partir de um modelo específico. Esta descrição foucaultiana sobre a filosofia ser a forma crítica da questão do presente, envolve alternadamente o seu papel como “a política imanente à história”.

A análise das Práticas de Poder sobre os corpos:

O que faz Foucault é analisar o poder a partir de *técnicas* e de *táticas de* assujeitamento dos corpos, não partindo mais do modelo de um poder soberano. Não se considera o poder como uma realidade que possuiria uma determinada natureza ou defini-lo através de características universais. Foucault propõe uma definição nominalista do poder: o poder “é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (Foucault, 2005b, p. 89). Ou seja, não existiria algo unitário e geral chamado poder. O que podemos observar são formas heterogêneas de poder, em constante transformação, possuindo uma eficácia produtiva e não mais necessariamente repressiva. Apresenta uma riqueza estratégica onde os indivíduos são “valorizados” para contribuir fisicamente para algum tipo de lucro. O autor realiza uma distinção entre *relações de poder*, *capacidades objetivas* e *relações de comunicação*. Estes três tipos de relações estariam sempre imbricados uns nos outros, o que não quer dizer que cada uma destas relações não possua a sua própria especificidade.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault destaca que, a partir do século XVIII, essas técnicas de poder, que intervêm materialmente, investindo sobre a realidade mais concreta dos indivíduos -o seu corpo - acabaram por cobrir todo o corpo social. Essas técnicas que realizam a sujeição constante das forças do corpo e que impõem uma relação de docilidade-utilidade são chamadas por Foucault de *disciplinas*, que por sinal podem ser descritas pelo ajuste entre capacidades objetivas, relações de poder e relações de comunicação. Por “disciplinarização” das sociedades, a partir do século XVIII na Europa, deveríamos entender:

Não o fato de que os indivíduos que pertencem a essas sociedades tornam-se cada vez mais obedientes, nem que elas [essas sociedades] começam a se parecer com quartéis, escolas ou prisões; mas que se buscou aí um modo de ajustamento cada vez mais bem controlado - cada vez mais racional e econômico - entre as atividades produtivas, as redes de comunicação e o jogo das relações de poder (Foucault, 1994a, p.235).

Foucault descreve então a extensão progressiva das disciplinas no decorrer dos séculos XVII e XVIII, sua difusão através do conjunto do corpo social, “a formação do

que se poderia chamar grosso modo a sociedade disciplinar” (Foucault, 2005a, p. 211). O que observa e destaca é que a partir do fim do século XVIII e do início do século XIX as denominadas instituições disciplinares começam a se delinear e se consolidar. Os hospitais, asilos e prisões são estruturas que atuam no controle do tempo e do espaço dos corpos. Surgem de modo maciço as tecnologias das disciplinas tomando os corpos dos indivíduos como objetos e objetivos de intervenção, constituindo assim uma anátomo-política do micro-corpo ou corpo individual, funcionando como um operador, como uma tecnologia em bloco. Não se limita ao Estado, nem a uma instituição, funcionando como um tipo de rede que os atravessa e se expande por todos os espaços das relações. Esta anátomo-política emergente no início da época clássica, segundo Foucault, será decisiva para o desenvolvimento do capitalismo, pois fornecerá um substrato para formação de corpos aptos para produção fabril. Pode-se interpretar esta tecnologia de poder disciplinar como uma mecânica de práticas e estratégias voltada para modelação dos micro-corpos ou corpos individuais.

As técnicas disciplinares operam uma extração do tempo e trabalho dos corpos, os qualificando enquanto corpos úteis, sendo estes investidos de maior capacidade possível para produzirem, conferindo aos corpos a caracterização de máquinas. Estes “corpos mecanizados” precisam ser sujeitados às condições de trabalho para produzirem com maior eficácia. Torna-se essencial não entendermos esta disciplinarização das sociedades, ocorrida depois do século XVIII, como práticas para forçar obediência total dos indivíduos, mas que a entendamos como um ajuste cada vez mais controlado - cada vez mais racional e econômico - entre as atividades produtivas, as redes de comunicação e o jogo das relações de poder. O poder disciplinar é exercido como um sistema muito minucioso de coerção material sobre os corpos individuais, distinguindo-se assim da intervenção opressora de um príncipe soberano.

Esta preocupação em adotar práticas disciplinares se caracteriza pela prática de mecanismos de normalização, completamente estranhos aos discursos e práticas do direito, entendidos como efeitos da vontade do soberano. Para que possa se exercer, o poder disciplinar forma e veicula um discurso que não é o do direito, da lei ou da regra, mas é o discurso da *norma*, da *normalização*: através das disciplinas aparece o “poder da Norma”. A norma é a regra natural da disciplina. Como ressalta Foucault, as disciplinas “definirão um código que não será o do legal, mas sim o da normalização”

(Foucault, 1996, p.169). A normalização disciplinar promove esquadrinhamentos sistemáticos do tempo, espaço e movimento dos indivíduos, buscando atingir suas atitudes, gestos, performances, onde o corpo se torna força de produção fabril quando devidamente docilizado pelo sistema político de dominação, comum ao poder disciplinar. A eficácia do poder disciplinar resultaria do uso de três instrumentos simples: a *vigilância hierárquica*, a *sanção normalizadora* e o *exame* que combina os traços da hierarquia que vigia com os da sanção que normaliza. O exame está, assim, segundo Foucault, “no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto do poder” (Foucault, 2005a, p. 194). Embora direcionadas aos corpos individuais, as técnicas disciplinares, devido ao seu caráter multiforme, são aplicáveis também aos corpos sociais, cujo objetivo é a padronização das ações dos indivíduos em suas diversas realizações para que se enquadrem na norma estabelecida. Assim, as técnicas disciplinares são exercidas também em espaços do corpo social, tendo como principais objetivos distribuir espacialmente os corpos individuais, controlando o desenvolvimento das suas ações, implicando vigilância e controle do tempo das atitudes.

Foucault afirma que, ao final do século XVIII, já começa a se delinear uma nova forma de jogo de poder sobre um novo corpo político: o “corpo molar da população” e não somente o “micro-corpo”. Mas o que é a população? Um conjunto de seres vivos apresentando características particulares e cujas vidas são suscetíveis de controle, com a finalidade de se assegurar uma melhor gestão da sua força produtiva. A população se torna objeto do poder e começa a ser analisada e principalmente esquadrinhada por uma variada quantidade de políticas públicas visando a regulamentação da dinâmica dos corpos que a constituem. Desta forma, partindo da articulação da existência de um novo objeto para a atuação do poder – a população, com suas regularidades, taxa de natalidade, mortalidade, longevidade, etc. –, se estruturam novas estratégias de poder.

Assim sendo, enquanto a normalização da prática disciplinar se aplica essencialmente aos corpos individuais, a biopolítica, por sua vez, através da “tecnologia do biopoder”, instala como norma a regulação sobre a vida social, com o objetivo claro de governar a vida dos corpos não apenas individualmente, mas coletivamente (Foucault, 2004b, pp. 285-6). Isso significa dizer que não se trata mais diretamente de

docilizar e vigiar os corpos dos indivíduos, mas gerir a população ou o corpo social, instituindo programas de administração da saúde, de higiene.

Apesar das distinções, estes dois pólos de poder (disciplinar e biopoder) se integram para um controle e administração mais efetiva dos corpos. Portanto, enquanto o poder antes era exercido centralmente sobre o corpo como tecnologias de disciplina, o segundo pólo, que surge mais tarde determinando uma “biopolítica”, centrou-se na população de corpos, e, por meio das práticas do biopoder, passou a ocupar calculadamente de novos problemas propostos para a prática de governar, na gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade (Foucault, 2002, p. 306). As populações tornam-se não somente objetivos de técnicas de governo da biopolítica, mas também objetos de conhecimento e de saberes diferentes. O biopoder aplica uma política de investimento na vida em sentido muito extenso: produção de corpos e da vida dos indivíduos e regulação da vida e dos corpos das populações. O corpo se torna uma realidade biopolítica. Na contemporaneidade, os governos percebem a importância de lidar não apenas com sujeitos, mas com uma população que precisa ser regulada, que tem variáveis específicas (natalidade, fecundidade, alimentação, habitação), que se situa no ponto de interseção dos movimentos próprios à vida e dos efeitos particulares das instituições. O Estado passa a se ocupar da saúde dos corpos, com intervenções políticas de gerenciamento da saúde e da doença. Com programas de imunização e distribuição de medicamentos, desenvolvendo uma prática de biopoder que se dá em nome do futuro da espécie, do bem-comum, da saúde das populações e da vitalidade do corpo social. Estas práticas da biopolítica passam a trabalhar a administração da vida da população não apenas para que esta seja disciplinada, mas também controlada segundo padrões normalizadores. Esse movimento de politização da vida teve seu início nas sociedades ocidentais no século XVIII e século XIX. Foucault explica tal projeto atribuindo grande relevância à questão da “governamentalidade”, pelo que a população passa a ser compreendida como problema econômico e político.

A população se transforma, na segunda metade do século XVIII, em objeto privilegiado da técnica de governo. As *disciplinas (anátomo-política do corpo humano)* e as regulações da população (uma *biopolítica da população*) constituem os “dois pólos de desenvolvimento” no exercício do poder sobre a vida. A partir do século XVII, o poder é exercido ao nível da vida: a primeira forma principal deste poder sobre a vida -o

poder disciplinar - centrou-se no *corpo*; o segundo pólo que se formou um pouco mais tarde - a *biopolítica* - centrou-se na *população*. Por “biopolítica”, Foucault cita:

A maneira como se tentou, a partir do século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental, pelos fenômenos próprios a um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças. (Foucault, 1994b, p. 818).

Todos esses problemas específicos da vida e da população não podem ser dissociados, diz ele, do quadro de racionalidade política no interior do qual eles apareceram e adquiriram sua acuidade. Esta racionalidade é expressa pelo autor como o *liberalismo* que apresenta a propriedade de uma prática refletida de governo e não como uma teoria econômica ou como uma mera ideologia. O liberalismo é atravessado pelo seguinte princípio: “sempre se governa demais”. A suspeita de que sempre se governa excessivamente é atravessada, pela questão: “Qual a necessidade de governar?” Para Foucault, ao surgir esta questão, o liberalismo se apresenta como uma forma de reflexão crítica sobre a própria racionalidade do governo, ou seja, uma crítica da “razão governamental” (Foucault, 1994b, p. 822-823). Esta concepção de liberalismo se constitui para Foucault como se fosse “a crítica de uma governamentalidade anterior, a crítica de uma governamentalidade atual que se tenta reformar e racionalizar e a crítica de uma governamentalidade da qual se deseja limitar os abusos” (Foucault, 1994b, p.821). Este liberalismo descrito por Foucault reflete um refinamento muito sutil da arte de governar de modo que, para se governar mais os corpos sociais, se faz necessário governar bem e menos. Como todas as formas de práticas de poder foram governamentalizadas, caracteriza-se a modernidade como a *era da governamentalidade*. Percebe-se a preocupação de Foucault em ressaltar a necessidade uma crítica histórica de nossa racionalidade política no presente. O que é importante para nossa atualidade é o que Foucault chama de governamentalização do Estado.

A Ontologia Crítica e o agonismo entre poder e liberdade:

O estudo da ontologia crítica do presente de nós mesmos nos indica nossa constituição "como sujeitos que exercem e sofrem relações de poder, como nos constituímos como sujeitos morais de nossas ações" (Foucault, 2000, p.350). Essa

ontologia tem que ser considerada como um *êthos*. Como afirma Foucault, "uma vida filosófica em que a crítica do que somos é simultaneamente análise histórica dos limites que nos são colocados e prova de sua transgressão possível" (Foucault, 2000, p.351), sendo a liberdade simultaneamente a sua condição, objeto e objetivo. Essa ontologia crítica de nós mesmos, que é concebida como uma atitude filosófica, exige sempre "um trabalho sobre nossos limites, isto é, um labor paciente que dá forma à impaciência da liberdade" (Foucault, 1993, p. 73). Significa dizer que a liberdade se torna uma espécie de tarefa dos sujeitos racionais e livres, sempre agindo para reconstruir esta liberdade, como numa espécie de eterno recomeço criativo de libertação. O objetivo principal de um pensamento crítico hoje, diz Foucault, em 1982, deveria ser o de "imaginar e construir o que poderíamos ser" para nos libertarmos da individualização e totalização simultâneas das estruturas do poder moderno. Ou seja:

O problema ao mesmo tempo político, ético e filosófico que se coloca a nós hoje não é de tentar libertar o indivíduo do Estado e de suas instituições, mas de nos libertar *nós* mesmos do Estado e do tipo de individualização que está ligado a ele. Temos de promover novas formas de subjetividade ao recusar o tipo de individualidade que nos foi imposta durante vários séculos (Foucault 1994a, p. 252).

Neste contexto de uma reflexão mais diretamente ligada à nossa situação presente, Foucault propõe uma análise das relações de poder a partir das *formas de resistências* aos diferentes tipos de poder, ou de uma série de contrapoderes que se desenvolveram mais recentemente. Estas oposições não podem ser consideradas apenas como "lutas contra a autoridade", mas como "lutas" questionadoras do próprio *status do indivíduo*. Essas formas de resistência afirmam o direito à diferença e acentua tudo o que pode tornar os indivíduos verdadeiramente individuais. A principal destas "lutas" é, assim, o de uma oposição à forma atual de poder que transforma os indivíduos em sujeitos, que os dociliza e assujeita. Lutas, portanto, "contra as formas de sujeição-contra a submissão da subjetividade" (Foucault, 1994a, p. 226-228).

A problemática do "governo", no seu sentido mais amplo, do ato de conduzir os outros e do modo de comportamento num campo mais ou menos aberto de possibilidades, permite Foucault retomar suas análises das relações de poder. Não mais no sentido de dominação ou a partir das *técnicas* e das *táticas de dominação*, mas agora em termos de ação. O que define estas relações é um *modo de ação*: não se trata

propriamente de um modo de ação que é exercido diretamente ou imediatamente sobre pessoas, mas que é exercido sobre um ou mais sujeitos agentes na medida em que eles agem ou podem agir, isto é, uma ação sobre ações. Ao definir agora o exercício do poder como *um modo de ação sobre as ações de sujeitos agentes*, Foucault inclui, nessa definição de uma relação de poder, um elemento que ele considera importante - a *liberdade*. O poder, diz ele, “só se exerce sobre sujeitos livres, entendidos como sujeitos individuais ou coletivos que têm frente a eles um campo de possibilidade onde várias condutas, várias reações e diversos modos de comportamento podem ocorrer” (Foucault, 1994a, p.237). O modo de relação próprio ao poder deveria então ser buscado do lado desse modo de ação singular que é o *governo*, no seu sentido amplo de “conduta”. E não haveria, portanto, um *antagonismo* essencial, uma oposição termo a termo, mas um *agonismo* permanente entre o poder e a liberdade, incitação recíproca e de luta (Foucault, 1994a, p.238). Ou seja, Foucault não defende a idéia de que o poder é um sistema de dominação que controla tudo e não deixa nenhum lugar para a liberdade.

Fica claro que se pode afirmar que não há sociedade sem relações de poder e que essas relações devem ser entendidas aqui como jogos estratégicos, com estratégias de poder voltadas para governar para conduzir os outros. Deixa de se tornar o principal problema saber se estas relações de poder são necessárias ou não, até em razão de serem concretas. Não são também marcadas pela prática de violência, pois não se produz resistência, mas somente passividade. Também não parte do mero consenso, pois o problema não consiste em tentar dissolver essas relações na utopia de uma comunicação perfeitamente transparente. O que Foucault considera como uma tarefa política que não pode cessar seria justamente a análise, a elaboração, a crítica das relações de poder, e da relação de *agonismo* entre o poder e a liberdade.

Conclusão:

Segundo Foucault, o trabalho de transformação profunda só pode ser feito através de uma crítica permanente, através de uma *crítica radical*, que é “absolutamente indispensável para toda transformação” (Foucault 1994a, p.180-181).

O trabalho crítico da filosofia *hoje* consistiria em explorar o que, no próprio pensamento, pode ser mudado. Esse *ensaio* seria para Foucault o corpo vivo da

filosofia. Deste modo podemos ressaltar a importância da resposta de Kant à questão: “*Was ist Aufklärung?*” Que para Foucault inaugura um outro tipo de filosofia crítica que busca as condições e as indefinidas possibilidades não apenas para transformar o sujeito, mas para nos transformarmos a nós próprios.

Embora essa abordagem possa desfibrar a atualidade de uma racionalidade política aparentemente não contestável, identificar sua gênese e descrever seus mecanismos através de um *êthos* filosófico de crítica do nosso presente abrirá espaço não apenas para a reflexão sobre contracondutas possíveis contra estes poderes de assujeitamento, mas também para tentativas da criação de novas formas de resistência.

Esta análise crítica de nosso momento presente se torna uma tarefa política de caráter incessante. Foucault, assim, parece nos conduzir a um imenso ativismo político.

Referências bibliográficas:

FOUCAULT, Michel “Qu’est-ce que les Lumières?”, Magazine Littéraire N° 309 (abril/1993), pp. 61-74.

FOUCAULT, Michel. Dits et Écrits, Vol. III. Paris: Gallimard, 1994a.

FOUCAULT, Michel. Dits et Ecris, Vol. IV. Paris : Gallimard, 1994b.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

FOUCAULT, Michel. Em Defesa da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. Sécurité, Territoire, Population. Cours au Collège de France. 1977-1978. Paris: Seuil/ Gallimard, oct. 2004a.

FOUCAULT, Michel. Naissance de La Biopolitique. Cours Collège de France. 1978-1979. Paris : Seuil/Gallimard, oct., 2004b.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis RJ: Ed. Vozes, 2005a.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I. A Vontade de Saber. São Paulo: Graal, 2005b.

KANT, Immanuel. Textos seletos. Petrópolis: Vozes, 1984.